

A REPRESENTAÇÃO DE “OBJETOS” EM ARQUIVO: o caso do arquivo fotográfico

THE REPRESENTATION OF "OBJECTS" IN ARCHIVES: the case of the photographic archive

Catarina Gonçalves Azevedo Santos | Luís Corujo

<https://doi.org/10.21747/21836671/pagesp2025a7>

Resumo: A diversidade de linguagens e de suportes documentais presentes em arquivos revela a complexidade intrínseca dos conjuntos em função dos contextos de produção. O estudo do Fundo Conde de Thomar constitui um exemplo para o estudo empírico sobre a representação de “objetos” em arquivos pessoais, assente na teoria arquivística pós-moderna. Concomitantemente, analisam-se as práticas arquivísticas do Arquivo Fotográfico de Lisboa, instituição mediadora da informação do Fundo e propõe-se uma folha de recolha de dados para a descrição arquivística de “objetos”. A metodologia qualitativa adotada assenta na investigação documental e no estudo de caso, inserida num paradigma pragmático. Conclui-se que a qualidade da informação arquivística, independentemente do género ou do suporte, se traduz pelas formas como a informação é interpretada e processada, com base na definição da sua finalidade e em diálogo com as funções e o contexto das práticas da instituição mediadora de informação.

Palavras-chave: Arquivo Fotográfico de Lisboa; Contextos arquivísticos; Objetos; Representação arquivística.

Abstract: The diversity of languages and documentary media present in archives reflects the intrinsic complexity of archival collections shaped by their production contexts. The study of the Conde de Thomar *fonds* serves as an example for empirical research on the representation of “objects” in personal archives, grounded on postmodern archival theory. Simultaneously, the archival practices of the Lisbon Photographic Archive, the institution mediating the *fonds*’ information, are analyzed, and a data collection sheet is proposed for the archival description of “objects”. The adopted qualitative methodology is based on documentary research and case study approaches, framed within a pragmatic paradigm. The study concludes that the quality of archival information, regardless of its genre or medium, is determined by how the information is interpreted and processed, guided by its purpose and in dialogue with the functions and contextual practices of the information-mediating institution.

Keywords: Photographic Archives of Lisbon; Archival contexts; Objects; Archival Representation.

Introdução

A presente pesquisa advém do trabalho final de mestrado, resultado de um estágio curricular no Arquivo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa (AML/AF), entre outubro de 2022 e janeiro de 2023. A partir do trabalho de processamento arquivístico do arquivo do fotógrafo amador, António de Alcântara Bernardo de Carvalho e Vasconcelos da Costa Cabral, 4º Conde de Tomar, explorou-se a diversidade de linguagens e suportes documentais presentes em arquivos, em particular em arquivos pessoais, como reflexo da complexidade dos contextos em que os documentos são produzidos, reunidos e preservados. O conjunto documental, doado ao Arquivo Municipal de Lisboa (AML) pela família do produtor em 2017 e denominado “Fundo Conde de Thomar” (Fundo CTH), é composto maioritariamente por documentos fotográficos, sendo, portanto, um exemplo

relevante para o estudo da organização e representação de documentos não-textuais em arquivos. No entanto, foi a descoberta de “objetos” neste conjunto que levou à formulação da pergunta de partida da investigação: poderão os “objetos” ser objeto de estudo na teoria e prática arquivísticas?

O objetivo do estudo pretende entender como a teoria arquivística pode ser aplicada na interpretação e no processamento de “objetos” em arquivos de forma a justificar a sua existência e a sua representação no AML/AF, contribuindo para a valorização arquivística de todos os documentos em arquivos independentemente das linguagens e dos suportes.

Para tal, propomos:

- a)** Localizar os documentos "tridimensionais" na literatura científica da teoria arquivística;
- b)** Analisar práticas de processamento arquivístico da instituição mediadora da informação do Fundo CTH;
- c)** Contextualizar a produção e a acumulação documental do Fundo CTH;
- d)** Apresentar a proposta preliminar de uma folha de recolha de dados (FRD) para documentos “tridimensionais”, criada para a adaptabilidade à prática do AML/AF.

Abordagem metodológica

Do ponto de vista metodológico, esta investigação apresenta uma metodologia de natureza qualitativa a partir de um enquadramento teórico emanado de um paradigma interpretativo. Para Creswell (2013), a abordagem pragmática (ou interpretativa) à investigação recorre a mais do que um método para a coleção de informação, proveniente de múltiplas fontes, de modo a ir ao encontro da “resposta” à pergunta de partida, dado que o enquadramento pragmático não percepciona o mundo como uma unidade absoluta (CRESWELL, 2013:28-29).

A investigação de natureza empírica serviu-se do método de investigação documental que nos permitiu identificar, selecionar, recuperar e verificar dados, bem como analisar as informações relevantes nas fontes documentais (SILVA, 2021), numa abordagem evolutiva e crítica, à luz da literatura científica e técnica emanada da teoria arquivística, de forma a valorizar e a representar os “objetos” em arquivos.

Considerando que este estudo foi realizado no contexto de um estágio, um período limitado destinado à observação, aprendizagem e participação nas atividades do AML/AF, enquadrámos a investigação no método de estudo de caso. Este método foi apropriado para analisar a relação entre as práticas de gestão arquivística e a representação de documentos “tridimensionais”. O trabalho de pesquisa do estudo de caso considerou e analisou as seguintes fontes de informação: fontes primárias de informação na forma de instrumentos de acesso à informação (IAI) internos do AML/ AF e em uso corrente, IAI obsoletos às atuais funções arquivísticas da organização e disponíveis fisicamente, IAI disponibilizados no sítio em linha do AML, documentos arquivísticos recuperados de pesquisas no arquivo digital da instituição, o arquivo digital da organização enquanto ferramenta de pesquisa e

recuperação de informação arquivística, artigos publicados por profissionais do AML, acervos processados ou em processamento arquivístico pela organização com documentos “tridimensionais”, documento áudio de entrevista aberta e o diário de campo, resultado da observação direta e da observação-participação durante o período do estágio.

Os "objetos" mobilizados como documentos de arquivo

Linguagens e suportes dos documentos em arquivo

Um dos aspectos marcantes associados às transformações do século XX foi a ampla adoção de novas linguagens e suportes para a comunicação. Dentro da comunidade arquivística, a aceitação gradual dessa evolução esteve intrinsecamente ligada ao entendimento sobre a natureza do documento de arquivo. Poderemos aferir que o objetivo, a metodologia e as técnicas foram desenvolvidos tendo como base a atuação e a definição dos produtores de informação arquivística em dialética com a evolução sociedade.

Até ao final do século XIX, na fase pré-paradigmática – segundo a proposta de periodização de Thomassen (1999) – a linguagem textual estava associada aos documentos de arquivo (ao diploma) devido à natureza das necessidades de registo oriundas de atividades administrativas ou jurídicas. Embora no “Manual Holandês” de 1898 se possa encontrar a inclusão da técnica do desenho referente à representação de informação em mapas e cartas (MÜLLER *et al.*, 1973:14), os objetos designados como “antiguidades e objetos similares” não integravam o arquivo, pois entendia-se que pertenciam a museus e coleções de antiguidades (p. 14-15). Do mesmo modo os livros pertenciam ao “repositório natural”, a biblioteca. Independentemente de a entidade ter recebido um livro com uma carta e dedicatória (no contexto das suas funções profissionais), era necessário “sacrificar a teoria à prática” (p. 44).

Uma visão mais abrangente sobre as técnicas e linguagens de registo pode ser observada no *Manual de Administração de Arquivos* de 1922. Nesse contexto, Jenkinson destaca a dificuldade em alcançar um consenso sobre a inclusão de documentos de natureza não-textual, especialmente quando anexados ou explicitamente mencionados em documentos escritos (JENKINSON, 1937:6). Apesar disso, o autor reconhece esses materiais como parte integrante de um arquivo, desde que tenham sido produzidos ou utilizados no âmbito de uma transação administrativa ou executiva, seja ela pública ou privada, e selecionados para preservação permanente. Essa aceitação está fundamentada na preservação da qualidade dos arquivos e na manutenção da ordem original (p. 6-11), estabelecendo como admissíveis no contexto arquivístico

(...) todos os manuscritos, independentemente dos materiais utilizados na sua criação, todos os textos produzidos por máquinas de escrita e todos os textos reproduzidos mecanicamente por meio de tipos, blocos de tipos e placas ou blocos gravados (...), todos os outros elementos materiais, quer incluam ou não sinais alfabéticos ou numéricos, que façam parte de, ou estejam anexados a, ou que possam ser razoavelmente assumidos como tendo feito parte de, ou sido anexados a documentos específicos assim definidos (JENKINSON, 1937:6-7) [tradução nossa].

Em comparação com Jenkinson (1937), na obra *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*, publicada já na segunda metade do século XX, Schellenberg amplia a definição de documento de arquivo. O autor descreve documentos de arquivo como "todos os livros, documentos, mapas, fotografias, ou outro material documental, independentemente da forma física ou características (...)" (SCHELLENBERG, 2003:16). Contudo, salienta a distinção entre arquivos e acervos de bibliotecas, enfatizando que os documentos de arquivo devem resultar diretamente das atividades funcionais de um organismo estatal ou de uma organização, independentemente de sua forma física (p. 17).

No que diz respeito aos *private papers* ou *historical manuscripts*, Schellenberg admite a representação arquivística desta informação desde que resulte de atividades de uma entidade organizada, recorrendo ao critério fundamental da forma como os documentos são produzidos e acumulados, exemplificando que "quando cartas de amor são introduzidas como prova em processos de divórcio – também podem ser consideradas documentos de arquivo" (SCHELLENBERG, 2003:18) [tradução nossa].

Documentos em arquivos pessoais

É nos arquivos pessoais que se encontra uma maior variedade de linguagens e de suportes documentais. Perceciona-se que, nos contextos de Jenkinson (1937) e Schellenberg (2003), o conceito de arquivo pessoal não se figurava na prática e na teoria arquivísticas. Segundo Oliveira, a ausência de formulações teóricas sobre arquivos pessoais na literatura arquivística produzida por estes autores, juntamente com Müller, Feith e Fruin (1973) e tantos outros, explica-se pela formação e experiência profissional da comunidade arquivística da época que provinha do tratamento de arquivos públicos, nos quais os arquivos pessoais eram desconsiderados (OLIVEIRA, 2012:32-33). Embora o contato do arquivista com arquivos pessoais seja antigo, como nota Craig, este tipo de documentação era geralmente inserido em coleções especiais em bibliotecas ou em museus e galerias, não se tendo construído um legado da prática ou inserido na metodologia arquivística (CRAIG, 2004:157).

O avanço e a disseminação das tecnologias de comunicação no final do século XIX e ao longo do século XX, como a fotografia, a imagem em movimento, o som e a computação, expandiram significativamente as formas de registo de informação, anteriormente restritas quase exclusivamente à linguagem escrita (no contexto ocidental). A prática arquivística, de forma tradicional, foi concebida para gerir informação predominantemente textual, uma vez que os documentos de arquivo eram produzidos, em sua maioria, através da escrita. Desde a formulação dos princípios arquivísticos no *Manual Holandês*, passando por Schellenberg e, mais tarde, pela criação de normas internacionais de descrição, os arquivistas concentraram-se na gestão de documentos escritos, relegando outros géneros documentais para serviços especializados. Essa separação resultava numa fragmentação da análise do conjunto orgânico dos documentos.

Ao traçarmos parte da história da Arquivística com base nos autores acima referenciados, que marcaram a prática e a teoria do seu tempo, identificamos uma evolução na conceção do documento de arquivo ao nível físico e formal, ou seja, das suas características relativas

ao género, à espécie e à tipologia¹. Hoje, em que a teoria arquivística justifica a existência de distintos géneros documentais em arquivos, tal pressuposto encontra vários constrangimentos na prática.

A identificação das funções e atividades, com base na análise e investigação de um acervo, do(s) seu(s) produtor(es) e dos contextos em que o arquivo foi criado, utilizado, transmitido e preservado – numa abordagem funcional ou contextual – permite superar os desafios aparentes que os diferentes géneros documentais podem apresentar ao trabalho do arquivista. Como refere Gonçalves, os contextos de produção representam “as circunstâncias que fizeram com que o documento existisse e tivesse um suporte, uma forma e um formato específicos, configurando um determinado tipo documental” (GONÇALVES, 1998:20).

A prática de uma classificação por género, tema, formato ou por autor, corrompe a ideia de organicidade (ou funcionalidade) e ameaça o valor probatório do objeto da Arquivística, dado que descarta o contexto dos documentos e foca a análise no valor informacional, facto esse que, segundo Camargo, prevalece no processamento de arquivos pessoais (CAMARGO, 2009:31). Estas aproximações refletem-se igualmente na função da avaliação e seleção dos documentos de um acervo, definida pelos protocolos de aquisição das instituições, que refletem a missão e os objetivos da entidade, em que estão definidos critérios relativos ao valor patrimonial atribuído aos documentos e pelos quais se procede às tomadas de decisão sobre o que deve ser preservado e o que pode ser excluído (CAMARGO, 2009:29). É nesta abordagem que se pode observar o desmembramento dos arquivos e consequente perda de funcionalidade.

O arquivo “logocêntrico”

O'Donnell descreve um episódio no âmbito dos “arquivos totais” canadianos no início da década de 80 do século XX. O conflito desenvolveu-se entre dois arquivistas (Terry Cook e Andrew Birrell) a partir da questão da reorganização do espaço de trabalho, da sua segregação ou não por especialidades (O'DONNELL, 1994:107-108). Para a autora, o debate demonstrou divergências entre a comunidade arquivística relativamente à prática dos “arquivos totais”, revelando algumas posições antagónicas, entre elas: a relação dos arquivistas com o género documental e a índole informacional dos documentos em detrimento do valor funcional e do valor orgânico dos conjuntos arquivísticos, assim como sobre os critérios de processo de aquisição que estabelecem qual deveria ser a história cultural a ser preservada. Para O'Donnell, a discussão desvendou essencialmente a falta de sentido analítico e crítico às particularidades dos diferentes géneros documentais e ao contributo destas para a identificação de informação, das relações e dos contextos nos documentos, e, por fim, do valor probatório em detrimento da máxima quantitativa de que os arquivistas devem documentar a história de toda a sociedade (no contexto dos “arquivos

¹ Adotamos o conceito “género”, sugerido por Camargo como a linguagem pela qual o conteúdo dos documentos é comunicado, podendo ser textual, audiovisual, sonora, iconográfica ou “tridimensional” (CAMARGO, 2011:157). O termo “espécie” define-se como a forma que um documento assume pela estrutura e natureza do conteúdo informacional (e.g. um contrato) e serve à análise da tipologia documental, que resulta na espécie documental contextualizada na atividade que a produziu (e.g. um contrato de trabalho a termo certo).

totais”) e de que “mais documentos guardados, mais do passado é preservado” (O’DONNELL, 1994:108).

No mesmo artigo, a autora desafia o arquivo “logocêntrico” a partir da análise da tipologia de documentos iconográficos (especificamente da fotografia de família) e invoca a procura do sentido social na imagem para a localização dos valores informacionais e probatórios dos documentos fotográficos (O’DONNELL, 1994). Ainda no contexto canadiano e cerca de uma década mais tarde, o paradigma da “iliteracia visual” é reclamado por Schwartz (2002). Na função contestada de “arquivista de fotografia”, a autora traça na história da prática arquivística a tendência para colocar os documentos “não-textuais” à margem dos documentos tipicamente escritos, vistos como excepcionais, etiquetados como “suportes especiais” e como tal processados de forma distinta (SCHWARTZ, 2002:147-149). O reconhecimento do género iconográfico como “especial” transparecia nas normas de descrição, que padronizavam uma prática que privilegiava os registos de informação em linguagem escrita, em que o valor informacional prevalecia sobre o valor funcional. Nas *Rules for Archival Description* (RAD), os documentos eram descritos ao nível do documento simples e desconetados uns dos outros, prática provinda da metodologia bibliográfica das *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) (SCHWARTZ, 2002:149-150), a terminologia era ambígua, tendencialmente recuperada da prática biblioteconómica e a segregação dos géneros especiais era refletida num capítulo intitulado *Graphic Materials* (SCHWARTZ, 2002:154-156).

Após a publicação para consulta do esboço da revisão das RAD em 2004, estas foram publicadas em 2008 na versão definitiva. A partir da análise dos pontos críticos assinalados e das necessidades expressas pela comunidade arquivística canadiana, as normas apresentam-se deste então com uma estrutura concetualmente renovada, que visa aplicar o princípio da proveniência para todos os documentos, independentemente do género ou suporte, redefinindo naturalmente a declaração de princípios face às práticas de descrição arquivísticas contemporâneas (Rules..., 2008:14). Para os capítulos com orientações específicas para a descrição de géneros distintos, as regras gerais são explicitamente apresentadas primeiramente como transversais a toda a documentação arquivística (Rules... 2008:1-4).

Os capítulos específicos para a descrição dos documentos apresentam as seguintes classes: itens de múltiplos suportes documentais, documentos textuais, material gráfico, documentos cartográficos, desenhos técnicos e arquitetónicos, imagens em movimento, registos sonoros, documentos nado digitais, documentos em microforma, objetos, documentos filatélicos e documentos dispersos (é indicado que as classes “unidades de múltiplos suportes documentais”, “documentos nado digitais” e “documentos dispersos” sejam conjugadas com outras classes) (Rules..., 2008:0-7; 2-1; 9-4; 13-3). Dada a classe “material gráfico” os aspetos criticados por Schwartz (2002) prevalecem nas RAD de 2008 relativamente à generalização “de todas as representações pictóricas em duas dimensões” (Rules..., 2008:4-3).

No entanto, e apesar das incongruências, as RAD apresentam um padrão para a descrição arquivística que pretende igualar o processamento da informação, independentemente do género ou suporte, enquanto reconhece as suas especificidades para o potencial encontro de relações e contextos entre os documentos de arquivo. Já as *Orientações para a Descrição Arquivística* (ODA), adaptação portuguesa das normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos, apresentam regras gerais para todos os géneros de

documentos. Embora definam “documento de arquivo” como “Informação de qualquer tipo, registrada em qualquer suporte (...)” (Orientações..., 2011:82 e 357) e exemplifiquem no glossário as definições de documento textual, audiovisual, cartográfico, iconográfico, sonoro e documento técnico e arquitetônico, as ODA foram desenhadas para documentos escritos ou elementos de linguagem natural (*e. g.* o elemento de informação “Idioma” é de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição) e, explicitamente, as ODA “não contempla[m] orientações específicas para documentos iconográficos, cartográficos, desenhos técnicos e arquitetônicos, audiovisuais e sonoros” (Orientações..., 2011:31).

No que concerne ao gênero “tridimensional”, as RAD definem “objeto” como um documento ou artefacto tridimensional ou objetos de ocorrência natural (Rules..., 2008:11-3; D-6):

Objetos criados pelo homem incluem móveis, roupas, ferramentas e equipamentos, objetos de arte, brinquedos, artefactos cerimoniais, etc. Objetos de ocorrência natural incluem objetos compostos por materiais inorgânicos (como amostras de pedra ou minerais, etc.) e objetos compostos por materiais orgânicos, incluindo materiais de origem animal (como ossos, cabelo, conchas, etc.) ou materiais de origem vegetal (como cascas, folhas, flores, etc.) (Rules..., 2008:11-3) [tradução nossa].

Embora não haja nenhuma referência no documento normativo quanto à ambiguidade que o termo “tridimensional” sugere, este conceito define toda e qualquer dimensão do mundo físico, sendo o “bidimensional” um construto geométrico e matemático. Camargo reconhece a dificuldade em empregar uma definição quanto ao gênero ou qualquer tipo de categorização normalizada, ou linguisticamente justa, e sugere o empréstimo à Biblioteconomia da palavra *realia*² (CAMARGO, 2011:157-158).

Na publicação *Tempo e Circunstância*, de 2007, Camargo e Goulard apresentam e explicam os processos metodológicos aplicados na organização do arquivo de Fernando Henrique Cardoso. Com base numa abordagem contextual, ou funcional, as autoras guiam o seu trabalho pelas perguntas “quando” e “como” (transportadas para o título da obra), dentro da concepção de que um arquivo pessoal também deve ser tratado segundo as demandas da Arquivística (à semelhança dos conjuntos documentais de foro administrativo), uma vez que as partes se relacionam com as funções e as atividades do seu produtor, perfazendo desse modo um todo orgânico (CAMARGO e GOULARD, 2007:35-36).

Diferentemente dos “objetos” com referências escritas ou autoexplicativas, que facilitam a análise e identificação dos vínculos, alguns “objetos” que não contêm meta-informação – frequentemente encontrados em arquivos pessoais – apresentam um desafio na organização do arquivo. Isso ocorre porque o seu nível de “força probatória” pode ser baixo ou inexistente (CAMARGO e GOULARD, 2007:56-58). Como Camargo aponta posteriormente, é com a análise dos indícios que esses documentos possuem, das relações desses documentos com outros documentos e com o produtor do arquivo que o contexto é

² A definição de *realia* no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* apresenta-se como “*realia* ARTE (Do latim *realia*.) objetos, coisas autênticas que existem de fato, como, p. ex.: amostras, artefatos e modelos. Ant: réplica; espécimes = artefato, objeto, réplica” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008:306).

estabelecido, cabendo aos arquivistas prestar contas sobre as suas decisões (CAMARGO, 2011:159-161).

Camargo (2011) também discute a descontextualização dos documentos do tipo “tridimensional” quando são segregados e tratados de forma isolada, ou quando são dispersos por instituições museológicas e biblioteconómicas. A tradição do documento arquivístico textual é igualmente apontada pela autora como uma das causas destes processos, principalmente quando se torna necessário o reconhecimento do sentido polissémico dos objetos e a disposição para a pesquisa (CAMARGO, 2011:158).

O Arquivo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa

O Arquivo Fotográfico (AF) é um dos três espaços do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), situado dentro dos limites da cidade. Criado em 1942, o AF surgiu como uma resposta à necessidade de centralizar toda a documentação fotográfica produzida pelos diferentes serviços municipais (VILAS BOAS *et al.*, 1997:25), com o objetivo de “registar todas as obras municipais, serviços municipais e efemérides” (LISBOA, 2023)³. A organização do AF pretendia “abranger e disciplinar a atuação de todos os serviços municipais” (CARVALHO, 1942:16).

Em 1942, o AF encontrava-se sob a responsabilidade da Secção de Propaganda e Turismo da 4.^a Repartição dos Serviços Culturais e foi instalado no Palácio das Galveias, parte do Museu da Cidade, integrando o Gabinete de Estudos Olisiponenses a partir de 1958. De acordo com Vilas Boas *et al.*, inicialmente o AF contava apenas com “dois ou três funcionários” que aplicavam um sistema de arrumação e acondicionamento definido na década de 40 pelo conservador do Museu da Cidade, e utilizavam um sistema de catalogação biblioteconómico manual, desenvolvido posteriormente nos anos 60 (VILAS BOAS *et al.*, 1997:25). Na década de 1980, o AF foi transferido do Gabinete de Estudos Olisiponenses para o Palácio da Rosa e, em 1993, foi instalado no edifício da Rua da Palma (AML, 2023)⁴, onde permanece até hoje, integrado na Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa desde 1990.

Com o objetivo de consolidar na missão da instituição o seu papel na preservação e divulgação da memória fotográfica da cidade e da cultura fotográfica em Portugal, o AML/AF inicia a incorporação de arquivos pessoais na década de 90, de que são exemplos a doação do acervo de Eduardo Portugal e a aquisição do acervo de Marques da Costa. Paralelamente ao tratamento arquivístico da informação, o AML/AF tem vindo a desenvolver atividades de divulgação de carácter cultural e pedagógico com vista à dinamização e difusão do seu acervo, tais como ações de formação, conferências, estágios, exposições temporárias, visitas de estudo, oficinas (GABRIEL, 2019:65), publicações e feiras.

³ Informação disponível num esquema cronológico em exibição no AML/AF a 9 de novembro de 2023.

⁴ *Idem.*

A função da descrição no Arquivo Fotográfico

O AML tem uma longa história de organização arquivística que remonta aos séculos XVII e XVIII (VIEGAS, 2002). Os documentos eram classificados segundo um critério geográfico, sendo que até ao século XX, a documentação foi reorganizada com base em critérios temáticos e cronológicos (VIEGAS, 2002). A distinção formal entre arquivo corrente e arquivo histórico surgiu em 1919 (VIEGAS, 2002), seguindo em parte a tendência europeia, com a divisão do arquivo em espaços distintos ao longo do século XX (LISBOA, 2023). É neste contexto que surge em 1942 o AF (VILAS BOAS *et al.*, 1997; LISBOA, 2023), dedicado ao arquivo histórico de documentos iconográficos (fotográficos). Ao longo da segunda metade do século XX, o AML/AF integrou várias mudanças organizacionais e físicas (LISBOA, 2023), mantendo-se um arquivo temático dedicado à preservação e divulgação da memória fotográfica da cidade de Lisboa.

Identificamos quatro períodos correspondentes à evolução das práticas de organização arquivística do AML/AF:

- 1.** Entre 1942 e 1991, a gestão do AML/AF envolvia a organização física dos documentos, separação por suportes e formatos e catalogação por assunto, autor ou colecionador (segundo a norma bibliográfica ISBD) com a criação de IAI a serem solicitados diretamente aos profissionais da instituição e para consulta presencial;
- 2.** Entre 1992 e 2004, período que coincide com a informatização, o AML/AF manteve a catalogação bibliográfica e adotou uma aplicação informática composto por cinco folhas de recolha de dados (para o arquivo e para a sala de leitura/coleção bibliográfica), sendo três delas para a *descrição* dos documentos fotográficos, dos autores e dos fundos ou coleções, e o acesso à informação era realizado presencialmente através dos registos eletrónicos na rede local (VILAS BOAS, *et al.*, 1997);
- 3.** O período entre 2004 e 2017 coincide com a implementação do módulo de descrição e do módulo de pesquisa (evolução para pesquisa na rede de todo o AML e depois para a pesquisa em linha) e com um novo processo de descrição guiado pela ISAD(G), juntamente com a ISAAR(CPF) (PAIXÃO, 2017), orientado pelo princípio da proveniência e pelo respeito pela ordem original, que permitiu a criação de novos IAI com estrutura e terminologia normalizadas;
- 4.** De 2017 até à atualidade, em que o AML gere a informação num sistema modelar informatizado (PAIXÃO, 2017) que integra toda a informação arquivística da instituição e, logicamente, toda a documentação fotográfica.

O acervo do AML apresenta atualmente classificações de natureza temática, orgânica, orgânico-funcional e funcional, que refletem a história do processamento arquivístico da instituição.

O 4.º Conde de Tomar e a contextualização do conjunto documental

O Fundo CTH é constituído por cerca de 13.270 documentos de géneros distintos, sendo o iconográfico (fotográfico) o que se apresenta em maior volume e de maior interesse para o AML. Este conjunto enquadra-se no critério geral de aquisição da instituição fundamentado pela sua missão relativa à preservação de documentação de interesse cultural e valor patrimonial, designadamente de representações de atividades culturais do país, de retratos do quotidiano, de representações da arquitetura, da indústria e de paisagens (com especial foco na cidade de Lisboa). Específico ao AML/AF, Pavão (2023) aponta ainda o critério relativo à qualidade e à originalidade do conteúdo dos documentos fotográficos⁵.

A documentação do Fundo CTH destaca-se, de um ponto de vista particular, como um exemplo representativo do período das exposições nos salões de fotografia do século XX. Conhecida em Portugal como “Salonismo”, esta prática caracterizou-se por um estilo conservador e corporativista que refletia os valores do Estado Novo e perdurou até à década de 1960 (TAVARES, 2009:55). Além disso, o fundo documenta o desenvolvimento das agremiações e do movimento clubista de fotografia amadora em Portugal, iniciado na década de 1930 (PAVÃO, 2018:106). O interesse do AML/AF pelo fundo estende-se também à representatividade da fotografia de família, ou como sugerido por Holland, da fotografia privada (HOLLAND, 2015:137), que emergiu no século XX como uma prática social centrada na intimidade, no ambiente doméstico e no quotidiano familiar. A relevância histórica da família dos Condes de Tomar foi um fator determinante para a aquisição e preservação dos documentos desta última categoria.

António de Alcântara Bernardo de Carvalho e Vasconcelos da Costa Cabral, 4.º Conde de Tomar, nasceu a 14 de julho de 1901, em Carnaxide, no concelho de Oeiras (LISBOA, 2019:67). Filho de Bartolomeu dos Mártires da Costa Cabral, 3.º Conde de Tomar, António de Alcântara Bernardo de Carvalho e Vasconcelos da Costa Cabral prorrogou o uso do título nobiliárquico atribuído em 1845 pela rainha D. Maria II a António Bernardo da Costa Cabral, 1.º Conde e 1.º Marquês de Tomar (conhecido na história como Costa Cabral). Durante parte da sua infância e juventude, viveu com a família no Convento de Cristo, em Tomar e em 1925 casou com Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos de Albuquerque, com quem teve 12 filhos, tendo sido funcionário até à sua reforma do Instituto Português das Conservas de Peixe em Lisboa, cidade onde faleceu em 1974 (LISBOA, 2019:68).

Ao longo de seis décadas, praticou fotografia amadora, mantendo na sua casa uma câmara escura para revelação de negativos e produção de provas em papel. No Fundo CTH, encontram-se evidências dessa prática, incluindo manuscritos e datilografias com fórmulas químicas, bobinas de carregamento de película, máscaras para impressão e suportes para secagem de negativos em vidro, assim como manuais e prospectos publicitários de equipamentos e acessórios técnicos (ver Quadros 1 e 2). Este lado tecnicista da fotografia é corroborado por análises de publicações especializadas, que destacam a técnica e composição como elementos centrais na prática amadora (FIGUEIREDO, 2000:42).

⁵ Informação extraída de entrevista realizada a Luís Pavão no dia 26 de abril de 2023.

Quadro 1 – Amostra da identificação de “objetos” no Fundo CTH

UI	Designação dos “objetos”
003	Vidro para emulsão fotossensível
	Vidro sensibilizado
005	Vidro para emulsão fotossensível
033	Bolsa de negativos
074	Carregador de película para bobines
051	Vidro para emulsão fotossensível
054	Papel fotossensível
066	Vidro para emulsão fotossensível
067	Caixilho para diapositivos de cartão
068	Caixilho para diapositivos de cartão
069	Chassi
	Vidro para emulsão fotossensível
	Filtro de cor
070	Rolo de revelação
072	Tanque para revelação

Fonte: Elaboração pelos autores, com base na documentação identificada no pré-inventário das unidades de instalação do Fundo CTH e na observação direta dos documentos nos depósitos do AML/AF, a 13 de janeiro de 2023.

Quadro 2 – Amostra da identificação de documentos textuais e iconográficos (não-fotográficos) no Fundo CTH

UI	Espécie	Observações tipológicas
200	Catálogo	Catálogos de exposições
201	Carta particular	Carta e envelope manuscrito de correspondência pessoal
	Envelope	
	Pagela	Pagela de santos
	Postal	Cartão-postal
	Livro	Monografia impressa
220	Nota	Cálculos e fórmulas químicas para revelação e impressão de fotografia
	Desenho	Desenho de nu artístico
	Manual	Informação técnica especializada para a prática da fotografia
268	Manual	Informação técnica especializada para a prática da fotografia
220	Prospeto	Material publicitário impresso de equipamentos, acessórios e consumíveis de fotografia
250	Documento de identificação	Permissão para prática de registo fotográfico artístico
263	Correspondência	Carta manuscrita

Fonte: Elaboração pelos autores, com base na documentação identificada no pré-inventário das unidades de instalação do Fundo CTH e na observação direta dos documentos nos depósitos do AML/AF, a 13 de janeiro de 2023.

A imagem do fotógrafo amador era associada a um virtuosismo técnico suportado pelos organismos públicos de promoção da prática fotográfica. Relacionado com este aspeto, mas também independente dele, o fotógrafo mantinha uma relação íntima com o seu próprio equipamento fotográfico que utilizava para a captação de imagens. A afinidade com a câmara permitia o entendimento das características, capacidades e limitações do aparelho, que uma vez dominado era utilizado pelo fotógrafo para a obtenção dos resultados que pretendia e para a exploração artística. O autorretrato do fotógrafo com a câmara ao peito denuncia igualmente a relação próxima com o aparelho (literalmente e metaforicamente), não apenas em virtude da natureza da prática do olhar fotográfico, que pode ser espontâneo e “móvel” como o corpo (em que a câmara é extensão quase imediata), mas também por essa imagem (que é social) integrar a sua identidade enquanto fotógrafo amador.

Para uma representação “total” dos documentos do AML/AF

O valor atribuído aos documentos arquivísticos está diretamente relacionado com a missão das instituições responsáveis pela sua custódia e reflete-se nas práticas de avaliação, seleção, organização, representação e divulgação. Os arquivos, as bibliotecas e os museus podem abordar o mesmo objeto de informação de maneira distinta, seguindo metodologias específicas que determinam os significados dos documentos. Contudo, corroboramos com a opinião de Araújo quando alega que as três áreas partilham uma ideia comum – “o estudo das maneiras pelas quais uma sociedade liga com o conhecimento que ela própria produz” (ARAÚJO, 2018:78) – e entendemos que a colaboração entre as áreas é uma mais-valia para a preservação da informação, ora por partilharem entre elas o papel de produtores e/ou colecionadores de informação, ora por esse mesmo papel ser questionado perante o paradigma pós-custodial – nas várias e diversas funções que integram uma gestão da informação que serve públicos exigentes perante a ideia de uma representatividade institucional e que requerem transparência na representação bem como meios de acesso à informação de qualidade.

A proposta de uma ficha de recolha de dados (FRD) para a descrição de “objetos” teve como objetivo contextualizar esses documentos dentro dos conjuntos e representá-los como parte de um todo orgânico (ou funcional). Esta proposta reflete a relação empírica com arquivos de fotógrafos amadores, no decorrer do estágio no AML/AF, nos quais foram identificados “objetos” que se vinculam a outros documentos e que, por sua vez, representam uma faceta social do produtor. Embora a valorização desses objetos não seja sempre evidente na prática arquivística da instituição, o AML/AF tem adquirido, ao longo dos anos, documentos desse tipo, geralmente como parte de arquivos pessoais de fotógrafos.

Proposta preliminar de uma folha de recolha de dados para “objetos”

Para a construção da proposta, foi necessário desenvolver a fundamentação teórica acerca do valor dos documentos “tridimensionais” em conjuntos documentais, inserindo-se no debate mais amplo sobre a teoria arquivística. De acordo com Duranti, o que distingue o documento de arquivo de outros tipos de documentos é o facto de o documento de arquivo ser “um dos meios pelos quais uma pessoa ou uma organização desenvolve a sua atividade, em vez de serem o propósito da atividade em si” (DURANTI, 2015:249). As interações entre

os documentos de arquivo criam, assim, o vínculo arquivístico com as suas funções e com o conjunto documental em que se inserem.

No nosso entendimento, e conforme Pereira defende,

documentos que transportam informação [arquivística], independentemente do seu suporte, deviam, idealmente, manter o vínculo que os une numa estrutura organizacional que contextualize a relação que têm entre si (PEREIRA, 2018:175).

Motivados por esta premissa, os diferentes géneros documentais, como os textuais, iconográficos, audiovisuais, sonoros e “tridimensionais”, não se apresentam como obstáculos ao processamento de informação arquivística, mas sim como características enriquecedoras que refletem a evolução das tecnologias e da comunicação na sociedade e a sua relação com o conhecimento.

O estudo para a elaboração da FRD estendeu-se, igualmente, à análise dos debates teóricos sobre os postulados da teoria arquivística relativos à representação da informação arquivística, com especial enfoque na função da descrição. Como a proposta de elaboração da FRD se baseia em dados recolhidos durante o estágio, foi essencial situar o AML dentro das conceções teóricas referidas, investigando a existência de “objetos” na instituição, assim como as práticas de organização e descrição desse tipo de documentos, especialmente no AML/AF.

Segundo Pavão (2023), a presença de “objetos” em conjuntos documentais tratados pelo AML/AF não é algo raro. O profissional de restauro e conservação da instituição observou que, especialmente nas aquisições de “espólios inteiros” (ou seja, arquivos adquiridos devido ao seu valor arquivístico pré-existente, podendo ser posteriormente avaliados e/ou selecionados), é frequente a presença de documentos de variados géneros. O exemplo do Fundo Eduardo Portugal inclui “equipamento fotográfico diverso, *memorabilia* e objetos pessoais, assim como uma vasta biblioteca especializada em olisipografia e fotografia, com folhetos turísticos, recortes de imprensa e livros”, além de toda a documentação iconográfica associada (LISBOA, 2019:77). Embora referenciados na seção “Âmbito e conteúdo” do *Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Lisboa*, os “objetos” mencionados não foram processados arquivisticamente. Como destacou Pavão (2023), esses objetos são reconhecidos pelos processos de conservação e utilizados para a divulgação do acervo do AML em exposições, palestras ou atividades educativas.

Neste contexto, o valor informacional atribuído aos documentos “tridimensionais” visa preservar certos valores culturais e patrimoniais definidos pela instituição. No entanto, a perda do valor contextual — isto é, a desvinculação do “objeto” do evento ou atividade que o gerou ou acumulou, e que se liga à função ou faceta social da entidade produtora — impede que consideremos esses documentos como documentos arquivísticos. Assim, os documentos “tridimensionais” servem mais para a criação de narrativas do que para preservar as relações entre outros documentos, aproximando-se mais de uma lógica museológica ou, simplesmente, como documentos que podem integrar o processo de pesquisa para a função de descrição.

Outra configuração observada no arquivo digital do AML quanto ao processamento dos “objetos” do seu acervo (que não apenas em arquivos pessoais) está na forma como este tipo de documento é classificado e descrito. A nossa pesquisa revelou que os “objetos” estão

integrados em conjuntos temáticos, como é o caso da série “Objetos comemorativos e decorativos” da secção “Gestão da atividade cultural e recreativa” do Fundo da Sociedade Promotora de Educação Popular (SPEP) e da série homónima do Fundo Lusitano Clube, bem como, no caso dos arquivos pessoais, a coleção “Equipamentos fotográficos” do Fundo Jorge Marçal da Silva. O motivo pelo qual os “objetos” foram agrupados em coleção não é explicada nas zonas de descrição dos níveis superiores e são descritos ao nível do documento simples de forma formal. Por exemplo, o documento “Armário Arquivador” é descrito no elemento “Âmbito e conteúdo” da seguinte forma: “Este modelo contém 11 gavetas de quatro chassis cada. Os chassis têm capacidade para 25 vidros em formato Verascope (4,5 x 10,7 cm), totalizando, na capacidade máxima do armário, 1100 vidros” (AML, acedido *online* a 28 de dezembro de 2023). A relação destes documentos com o produtor é indicada pela estrutura hierárquica no quadro classificativo e pela descrição das suas dimensões e do suporte na zona de identificação do Fundo (embora não haja menção aos “objetos” no elemento de Âmbito e conteúdo). A única referência aos “objetos” aparece no *Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Lisboa*, referente ao depósito de um armário com visor “Taxiphote” como parte do Fundo, por um período de 10 anos (LISBOA, 2019:107). Considerando que o conjunto documental reflete a faceta social de fotógrafo amador do produtor, podemos deduzir que esses “objetos” lhe pertenciam ou estavam associados às suas atividades fotográficas, como indicado no registo de autoridade que menciona a posse de um laboratório fotográfico. Contudo, não podemos considerar que esta informação esteja contextualizada, pois, como observa Camargo, é apenas com a análise desses indícios, do produtor e das relações com outros documentos, que o contexto é realmente estabelecido, sendo responsabilidade dos arquivistas justificar as suas decisões (CAMARGO, 2011:159-161). A informação fornecida refere apenas as características formais dos documentos, numa linguagem mais alinhada com descrições museológicas, que, embora relevante para a descrição técnica de certos documentos arquivísticos, não substitui a descrição arquivística que serve para revelar os contextos por trás dos conteúdos dos documentos.

Num artigo de Cunca (2002) nos *Cadernos do Arquivo Municipal*, é referida a existência deste género de documentação no AML. A autora propõe o inventário, à data, de setenta peças para acesso no AML, organizadas em quadros tipológicos. No texto, Cunca afirma que o “Arquivo Fotográfico Municipal que, não tendo um núcleo museográfico de equipamento fotográfico, possui várias peças de pertinência tecnológica com referência bibliográfica frequente” (CUNCA, 2002:80). Esta observação ilustra a abordagem temática adotada pelo AML/AF para este tipo de objetos, abordagem essa que acreditamos ter contribuído para a construção da identidade desta fração do AML e, conseqüentemente, para a definição de um perfil de públicos⁶, internos e externos.

O AML/AF criou e utiliza FRD (ou IAI) internos para identificar e descrever câmaras e equipamentos fotográficos. Estes instrumentos visam descrever técnica e formalmente os documentos ao nível do item, abordando tanto o conteúdo informacional como o estado de conservação, de forma a representá-los como parte de uma coleção. Desde 2004, com a adoção das ODA, o AML reconhece as particularidades materiais e informacionais dos

⁶ Consideramos o termo “públicos”, tal como sugerido por Corujo, pois a forma do plural de “público” no contexto da acessibilidade à informação, reconhece a existência de necessidades distintas agregadas a grupos de pessoas ou instituições na pesquisa e utilização da informação (CORUJO, 2022:21).

documentos audiovisuais e iconográficos (fotográficos), criando FRD específicas para estas categorias e linguagens. Além das FRD “gerais”, o AML desenvolveu FRD específicas para “vídeo” e “fotografia”, criadas para os níveis de descrição “documento simples” e “coleção”, sendo que no caso da fotografia há FRD para todos os níveis de descrição.

A proposta de FRD para “objetos” tem como objetivo contribuir para a descrição de unidades de informação a nível do documento simples, tanto no AML como em instituições congêneres. Foi concebida para a gestão interna da informação arquivística, nomeadamente para o processo de descrição e para a criação de IAI. Compete aos gestores de informação seleccionar os elementos de descrição mais relevantes, adaptando-os às formas de representação e acessibilidade instituídas pela entidade detentora, como guias de fundos, catálogos, inventários ou arquivos digitais.

Esta FRD visa criar ou reformular elementos e subelementos descritivos que sejam pertinentes para o contexto e conteúdo de documentos tridimensionais, facilitando a elaboração de IAI que atendam às necessidades de pesquisa e recuperação da informação pelos públicos. Pretende-se que a FRD para documentos simples resulte de uma análise exaustiva, representando com rigor os contextos documentais e permitindo a criação de IAI que traduzam todo o processo de conhecimento científico que lhes é inerente (RIBEIRO, 2003). Os elementos de descrição na FRD visam promover a transparência e *accountability* na prática arquivística, ao mesmo tempo que refletem a interpretação e descrição dos documentos. Embora reconheçamos as limitações das estruturas estáticas e monohierárquicas promovidas pelas normas internacionais de descrição, é essencial a sua desconstrução para reinventar continuamente a função da descrição e os IAI associados (COOK, 2001:32-34).

A proposta foi desenvolvida com base na experiência prática no AML/AF e nas seguintes fontes: *Orientações para a descrição arquivística* (2011), *Rules for archival description* (2008), *Describing archives: A content standard* (DACS) (2020), *Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images* (CCO) (2006), *Categories for description of works of art* (CDWA) (2022), e nas orientações técnicas e dados recolhidos no AML. A publicação *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* (CAMARGO e GOULART, 2007) também foi fundamental para desenvolver a FRD. O modelo resultante pretende representar os documentos em função dos eventos, atividades e funções sociais dos seus produtores, contribuindo para uma descrição mais dinâmica e contextualizada dos acervos.

A FRD está estruturada em nove zonas de descrição, cada uma com elementos de informação e respetivas subdivisões. A estrutura da FRD é hierárquica e multinível, assemelhando-se à estrutura das ODA, e apresenta novas ou reformuladas zonas e elementos de descrição. Os Quadros 1 e 2 apresentam excertos da FRD.

Destaca-se na “zona de identificação” o elemento “localização” que evidencia a possibilidade de um documento ser transferido para um depósito de outra entidade, arquivística ou não, por motivos de conservação, preservação e acesso, e que não implica necessariamente a descontextualização da unidade de descrição na organização intelectual do conjunto.

Quadro 3 – Amostra da FRD para "objetos"

	Elemento	Subelemento 1	Subelemento 2	Atributo
Zona de identificação				
	Código de referência			
	Localização			
	Nível de descrição			
	Designação da unidade de descrição			
	Dimensão e suporte			
		Dimensão		
		Suporte		
	Título			
				Formal
				Atribuído
	Marca e modelo			
	Entidade autoral e/ou fabricante			
		Nome da entidade autoral		
		Nome da entidade fabricante		
	Datas			
		Datas de produção		
		Datas de criação		
		Datas de fabricação		
		Datas de compilação		
	Local de criação e/ou fabricação			
		Local de criação		
		Local de fabricação		

Fonte: Elaboração pelos autores.

A “Zona de contexto” propõe a pluralidade do conceito de contexto em que seja considerado um espectro mais abrangente de ações e atores que possam interferir na criação do conjunto. Esta ideia está refletida, por exemplo, em “história da documentação, custodial e arquivística” e no deslocamento dos elementos “avaliação, seleção e eliminação” e “sistemas de organização” da “zona de conteúdo e estrutura” das ODA.

Na “Zona de âmbito e conteúdo” os elementos de descrição servem para a contextualização do documento em atividades situadas num tempo e espaço específicos dando-se relevância ao processo de pesquisa também aplicado à materialidade dos documentos, à sua descrição técnica e à sua existência social e histórica.

Quadro 4 – Amostra da FRD para "objetos"

	Elemento	Subelemento 1	Subelemento 2	Atributo
Zona do contexto				
	Nome da entidade titular			
	História administrativa, familiar e biografia			
	História da documentação, custodial e arquivística			
	Fonte imediata de aquisição ou transferência			
	Avaliação, seleção e eliminação			
	Sistema de organização			
Zona de âmbito e conteúdo				
	Âmbito e conteúdo			
		Âmbito		
		Atividade e/ou evento específico		
		Descrição técnica		
		Componentes físicos e descrição técnica		
			Componentes físicos	
			Descrição técnica dos componentes físicos	
Zona de indexação				
	Indexação			
Zona de documentação associada				
	Existência e localização dos originais			
	Existência e localização de cópias			
	Unidades de descrição relacionadas			
	Referências			
Zona de condições de acesso e utilização				
	Condições de acesso			
	Condições de reprodução			

Fonte: Elaboração pelos autores.

Considerações finais

A análise da relação entre a representação da informação e a entidade responsável pelas funções que gerem a informação (a história das práticas nos contextos), juntamente com o estudo da produção e acumulação de documentos no Fundo Conde de Thomar, permitiu-nos avançar com uma proposta preliminar de uma FRD para documentos

“tridimensionais”. A partir da investigação do arquivo de um fotógrafo amador, inserido no acervo de uma instituição com práticas de classificação orgânica e temática para arquivos pessoais, de descrição arquivística baseada nas normas internacionais, que adotou políticas próprias que valorizam gêneros documentais não-textuais (e o caráter patrimonial dos documentos), a FRD que propomos visa responder à identidade da instituição e aos públicos que formou. Ao mesmo tempo, apresenta reformulações fundamentadas numa abordagem contextual (ou funcional), que sublinha a importância da preservação dos contextos, ou seja, a vinculação dos documentos aos eventos e/ou atividades que os geraram ou acumularam, e que se relacionam diretamente com a função ou faceta social da entidade produtora. A FRD tem como objetivo promover práticas de transparência e *accountability* na descrição arquivística por parte dos gestores da informação, assegurando o rigor no modo como a informação é interpretada e descrita (pela pesquisa), e também nos instrumentos criados para a divulgação, acesso e recuperação da informação. O objetivo final da FRD é, portanto, incentivar a análise dos “objetos” como indícios e o seu processamento segundo uma prática arquivística que responda às necessidades dos públicos, sublinhe a responsabilidade social da instituição e se alinhe com a teoria arquivística e com a Ciência da Informação na construção contínua do conhecimento.

É importante salientar que o desenvolvimento da proposta de uma ferramenta de descrição arquivística adaptável à prática encontrou algumas limitações. O desenho de uma hipótese, como se afigura a proposta de uma FRD para “objetos” para o AML/AF direcionado para a prática, carece de utilização para a averiguação de resultados e reformulação de hipóteses. Convertemos, por fim, esta limitação numa contribuição para a instituição, dado o interesse e a ambição partilhados para a representação de “objetos” no AML/AF. Toda a investigação consiste, ademais, numa interpretação cuja validade será sempre confrontada com novos estudos e formulação de novas interpretações.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. A. A.

2018 *O Que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.

CAMARGO, A. M. de A.

2011 Objetos em arquivos: Algumas reflexões sobre gênero documental. *Seminário Serviços de Informação em Museus*. 2018, 157-165.

CAMARGO, A. M. de A.

2009 Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 2009, 26-39.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S.

2007 *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

Cataloguing Cultural Objects

2006 *Cataloging cultural objects: A guide to describing cultural works and their images*. [Delaware]: Visual Resources Association, 2006.

Categories for Description of Works of Art

2022 *Categories for Description of Works of Art*. [S. l.]:J. Paul Getty Trust; College Art Association, 2022.

COOK, T.

2001 Fashionable nonsense or professional rebirth: Postmodernism and the practice of archives. *Archivaria*. 51 (2001) 14-35.

CORUJO, L.

2022 *Introdução aos repositórios digitais*. Lisboa: Edições Colibri, 2022.

CRAIG, B.

2004 *Archival appraisal. Theory and practice*. München: K. G. Saur, 2004.

CRESWELL, J. W.

2013 *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. 3rd ed. [S. l.]: Sage Publications, 2013.

CUNCA, P. F.

2002 O Inventário do equipamento fotográfico no Arquivo Fotográfico Municipal: Alguns modelos representativos para a história da técnica fotográfica. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 6 (2002) 78-89.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. DE O.

2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

Describing Archives

2019 *Describing archives: A content standard - DACS 2019.0.3*. Chicago: Society of American Archivists, 2019.

DURANTI, L.

2015 Naturalness (record). In *Encyclopedia of archival science*. Lanham [etc.]: Rowman & Littlefield, 2015, p. 249-250.

FIGUEIREDO, F. A. C. de

2000 *Nacionalismo e pictorialismo na fotografia portuguesa na 1a metade do século XX: o caso exemplar de Domingos Alvão*. Lisboa, 2000.
Dissertação de Mestrado - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

GABRIEL, G. G.

2019 *A Comunicação nos arquivos municipais: Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

GONÇALVES, J.

1998 *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1998.

HOLLAND, P.

2015 Sweet it is to scan...: Personal photographs and popular photography. In *Photography: A critical introduction*. Ed. Liz Wells. 5th ed. p. 133-188). [S. l.]: Routledge, 2015.

JENKINSON, H.

1937 *A Manual of archive administration*. [Em linha]. London : P. Lund, Humphries, 1937.
Disponível em: <http://archive.org/details/manualofarchiveaooiljenk>.

LISBOA. Câmara Municipapl. Arquivo Municipal

2019 *Guia de fundos do Arquivo Municipal de Lisboa 1.0*. Lisboa: Arquivo Municipal, 2019.

MÜLLER, S.; FEITH, J. H.; FRUIN, R.

1973 *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

O'DONNELL, L.

1994 Towards total archives: The form and meaning of photographic records. *Archivaria*. 38 (1994) 105-118.

OLIVEIRA, L. M. V. de

2012 *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

Orientações para a descrição arquivística

2011 *Orientações para a descrição arquivística: Versão 3*. Lisboa: Direção Geral de Arquivos, 2011.

PAIXÃO, R.

2017 *Projecto “X-arq: Módulo de gestão”: Caso prático do seu desenvolvimento no Arquivo Municipal de Lisboa*. [Em linha]. In CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E ARQUIVOS, 1ª, Albergaria-a-Velha, 2017.
Disponível em:
https://eventos.bad.pt/wp-content/uploads/2018/01/CIGIA_COM_12.pdf.

PEREIRA, Z. M. C.

2018 *O Universo dos arquivos pessoais em Portugal: Identificação e valorização*. Évora, 2018.
Tese de doutoramento em Ciências da Informação e Documentação - Universidade de Évora.

RIBEIRO, Fernanda

2003 *O Acesso à Informação nos Arquivos*. [Lisboa] : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, vol. 2.

Rules for Archival Description

2008 *Rules for archival description*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 2008.

SCHELLENBERG, T. R.

2003 *Modern archives: principles and techniques*. [Em linha]. Chicago: Society of American Archivists, 2003. Disponível em:
<https://catalog.hathitrust.org/Record/003147122>.

SCHWARTZ, J. M.

2002 Coming to terms with photographs: Descriptive standards, linguistic «othering» and the margins of Archiv. *Archivaria*. 54 (Fall 2002) 147-171.

SILVA, C. G. da

2021 Investigação documental. In GONÇALVES, S. P.; GONÇALVES, J. P.; MARQUES, C. G. - *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, p. 103-124.

THOMASSEN, T.

1999 The Development of archival science and its European dimension. In *The Archivist and the Archival Science*. [Em linha]. 1999, p. 67-74. Disponível em: <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>.

VIEGAS, I. M.

2002 O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo: Modelos de gestão e organização. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 6 (2002) 99-109.

VILAS BOAS, A. [et al.]

1997 O Arquivo Fotográfico Municipal: Lisboa em Imagem. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 1 (1997) 25-41.

Catarina Gonçalves Azevedo Santos | catarina.g.a.santos@gmail.com

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, Portugal

Luís Corujo | luiscorujo@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, Portugal